

refere ao abastecimento de matéria-prima, que se afigura poder ser assegurado pela produção algodoeira colonial, julga-se oportuno extinguir o sistema de quotas estabelecido no n.º 1.º da Portaria n.º 10:111, de 11 de Junho de 1942.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia:

É revogado o n.º 1.º da Portaria n.º 10:111, de 11 de Junho de 1942.

Ministério da Economia, 15 de Abril de 1950.— O Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, *Jorge Pereira Jardim*.

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral do Porto de Lisboa

Declara-se que, por despacho do Conselho de Administração de 5 do corrente mês, foi autorizada a modifi-

cação das seguintes verbas do orçamento privativo da Administração-Geral do Porto de Lisboa, nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 36:976, de 20 de Julho de 1948:

### Reforço

Artigo 4.º — Outras despesas com o pessoal:

5) Fardamentos, resguardos, batas e calçado (artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 36:976):

a) Pessoal menor . . . . . 30.000\$00

### Anulação

Artigo 4.º — Outras despesas com o pessoal:

5) Fardamentos, resguardos, batas e calçado (artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 36:976):

b) Pessoal dos serviços externos . . . 30.000\$00

Administração-Geral do Porto de Lisboa, 8 de Abril de 1950.— O Presidente do Conselho de Administração, *Salvador de Sá Nogueira*.